

PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010

Lucio Rennó

Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília

Barry Ames

Departamento de Ciência Política
Universidade de Pittsburgh

Resumo: Neste artigo investigamos os padrões de volatilidade eleitoral, em nível individual, nas eleições presidenciais de 2010 com o objetivo de explicar a mudança de intenção de votos antes do primeiro turno entre os candidatos José Serra, Marina Silva e Dilma Rousseff. Damos ênfase ao papel das percepções sobre corrupção e sobre o aborto para entendermos o resultado final do primeiro turno das eleições. Para tanto, utilizamos o Estudo de Painele Eleitoral Brasileiro (EPEB), que conta com três ondas de entrevistas com a mesma amostra probabilística de eleitores brasileiros, representativa nacionalmente, e que permite aferir como os eleitores mudaram de opinião durante a campanha eleitoral. Os resultados indicam que os escândalos de corrupção, mais do que a discussão sobre aborto, estimularam uma perda de votos em Dilma Rousseff.

Palavras-chave: volatilidade eleitoral; estudo de painel; voto; eleições presidenciais

Abstract: In this paper we investigate the patterns of electoral volatility, at the individual level, in the 2010 Brazilian presidential elections. We explain variation in vote intention before the first round between candidates José Serra, Marina Silva, and Dilma Rousseff. A special emphasis is given to the effects of perceptions of corruption and abortion, two hot campaign issues, to explain the final result of the first round. The analysis is based on the first Brazilian Electoral Panel Study (BEPS), which has three waves of interviews with the same nationally representative sample, allowing for measures of how voters changed their minds during the electoral campaign. Results indicate that perceptions about corruption, primed by the eruption of corruption scandals, more than the debate on abortion, stimulated a loss of votes for Dilma Rousseff.

Keywords: electoral volatility; panel study; vote; presidential elections

"The definition of ambivalence is watching your mother-in-law drive over a cliff in your new Cadillac."¹

David Mamet

Introdução²

O purgatório, segundo a fé católica, é um lugar ou condição de penitência e sofrimento temporário devido a pecados veniais cometidos. Trata-se de uma situação transitória que acomete aos que tiveram alguma falha, não tão grave que os condene a arder eternamente no mármore incandescente do inferno, mas que tampouco permite o júbilo do paraíso. É um estado intermediário, de agonia e incerteza, mas com esperança de perdão e superação.

Qualquer semelhança com o vivido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas vésperas das eleições gerais em primeiro turno nos pleitos de 2006 e 2010 não é mera coincidência. Marcada por escândalos, avidamente buscados e retratados pela mídia e profundamente desejados e explorados pelos partidos de oposição, a véspera de primeiro turno no Brasil tornou-se momento de instabilidade, incerteza e dor para os petistas. Para ainda melhor demarcar esse momento de punição, a redenção vem em seguida, através das urnas, no turno seguinte, representada por vitória com maioria confortável em campanha eleitoral menos conturbada. Podemos afirmar que o "fôlego" dos escândalos é curto, tendo efeito reduzido no resultado do segundo turno. Não obstante, esse período assemelha-se a um purgatório eleitoral do PT.

Assim, o que passa a ser instigante no estudo de eleições presidenciais no Brasil é explorar os determinantes do desfecho do primeiro turno, quando o grau de incerteza e volatilidade eleitoral parecem ser mais consequenciais para o resultado do pleito. No Brasil, é no primeiro turno que se tem desenrolado toda a ação que torna períodos eleitorais emocionantes.

Se não, vejamos. As últimas eleições presidenciais foram marcadas por flutuações nas intenções de voto de uma parcela da população, principalmente na reta final do primeiro turno, gerando incerteza sobre a vitória do PT que se desenhava desde o começo da campanha. A reta final desse turno, normalmente as duas semanas anteriores ao dia da eleição, são de grande ambiguidade e indecisão eleitoral, impingidas por questões eleitorais de curto prazo, como escândalos, que colocam em xeque a liderança do PT nas pesquisas de intenção de voto e sua provável vitória já no primeiro turno. Se levarmos em conta a natureza dos pecados cometidos: envolvimento em escândalos de corrupção em 2006 e 2010 e questões associadas a temas religiosos, como o aborto, em 2010, a analogia religiosa é ainda mais adequada.

Baseados nos padrões encontrados em 2006 e 2010 é bastante razoável supor que essa tendência poderá se repetir em eleições presidenciais futuras. Ou seja, estamos diante de uma situação recorrente no passado recente e que pode perdurar como característica definidora da disputa eleitoral entre oposição e situação no Brasil. Será que estamos fadados a disputas entre um governo de sucesso

¹ Tradução livre dos autores: "A definição de ambivalência é ver sua sogra cair em um penhasco dirigindo o teu Cadillac novo."

² Versões preliminares deste artigo foram apresentadas na Universidade de Austin, Texas, no GT Comportamento Político do 36º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindoia, 21 a 25 de outubro de 2012, e no 7º Encontro da Associação Latinoamericana de Ciência Política, Bogotá, Colômbia, 25-27 Setembro de 2013. Agradecemos aos pertinentes comentários de colegas, especialmente a Wendy Hunter, Kenneth Greene, Mathieu Turgeon, Juan Carlos Rodriguez Raga e Miguel Garcia.

econômico e social enfrentando uma oposição que se agarra às acusações de corrupção como último suspiro de chance eleitoral?

Uma coisa é certa; as campanhas eleitorais no Brasil amplificam a ambivalência eleitoral. Cidadãos, que se veem pressionados por opiniões e valores contraditórios, sendo estes enquadrados de maneira conflituosa por candidaturas adversárias, passam a oscilar mais em suas intenções de voto. O conceito de ambivalência atitudinal, que introduziremos aqui para entender o processo eleitoral brasileiro, pode auxiliar a esclarecer as escolhas recalcitrantes de eleitores no período que antecede as eleições.

Em democracias onde as lealdades partidárias e ideológicas de longo prazo são mais fluidas (portanto, nem de tão longo prazo assim) o espaço para ambivalência pode ser ainda maior. Nesses casos, os eleitores estão mais livres de amarras ideológicas e partidárias, permitindo que outros elementos de avaliação de candidatos e governos possam também ser influentes. Não descartamos que alguns partidos, principalmente o PT, afetam as escolhas eleitorais (CARREIRÃO E BARBETTA, 2004). Mas, argumentamos que outros fatores, principalmente relacionados a diferentes dimensões da avaliação retrospectiva do desempenho de representantes ganham mais relevância (RENNÓ, 2007; 2011).

É importante ressaltar que tal ambivalência deve-se a pressões cruzadas a que eleitores estão expostos e isso não é algo incomum em qualquer democracia. Contudo, certos públicos como os que não têm lealdades de longo prazo profundamente enraizadas, estão mais sujeitos aos efeitos, às vezes contraditórios, às vezes de reforço (GREENE, 2011), das múltiplas dimensões da avaliação retrospectiva de políticos.

Rennó (2007; 2011), seguindo Fiorina, ressalta que eleitores utilizam diversos critérios avaliativos retrospectivos para julgarem seus representantes na hora do voto. No Brasil, desempenho no gerenciamento da economia e envolvimento em escândalos de corrupção têm sido dois dos mais comuns. Por sua vez, eleitores ditos independentes (sem identificação partidária) estão mais livres para escolherem quais elementos empregar para responsabilizar seus representantes e podem, de fato, punir e premiar baseados em critérios objetivos. Assim, a imputação de responsabilidade pode ser mais efetiva em ambientes onde determinantes de longo prazo do voto sejam menos influentes. Obviamente esta é uma pergunta de natureza comparada, que exige outro tipo de desenho de pesquisa para ser respondida. Mas, de qualquer forma, o estudo do caso brasileiro, a partir dessa ótica, é um primeiro passo em tal direção. Ou seja, há algo de positivo na dita fragilidade dos partidos em influenciar as escolhas eleitorais dos cidadãos. Na ausência de partidos, os eleitores podem passar a votar baseados em outros fatores, como avaliação de desempenho, envolvimento em escândalos e visões sobre os temas de campanha (*issues*).

É a essas inquietações teóricas, e suas implicações empíricas à luz do caso brasileiro, que este artigo se dedica, utilizando um banco de dados original e exclusivo para analisar longitudinalmente as intenções de voto dos eleitores e, portanto, sua volatilidade durante uma mesma campanha eleitoral. O Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro (EPEB) de 2010, constituído por três ondas de entrevistas com a mesma amostra representativa da população de eleitores e com cobertura nacional, incluindo zonas urbanas e rurais, oferece a oportunidade perfeita para modelarmos os efeitos de pressões cruzadas sobre a mudança de intenção de voto (AMES et al, 2013). O EPEB foi conduzido em abril, setembro e

novembro de 2010 por todo o Brasil e coletou 4611 entrevistas. A primeira onda realizou 2452 entrevistas e foi parte do Barômetro das Américas. A segunda rodada de entrevistas contabilizou 908 entrevistados e a última, em novembro, após o segundo turno, contou com 1221 entrevistas. Esse é o primeiro banco de dados de painel com amostra nacional realizado com intuito acadêmico no Brasil³. Assim, podemos investigar os fatores que levam eleitores a mudarem sua intenção de voto de um momento da eleição para outro. Mais especificamente, podemos avaliar o que o período de purgatório eleitoral custou em votos ao PT e quais pecados (ou melhor, determinantes eleitorais) foram mais graves para gerar tal punição.

O artigo procede em algumas etapas. A seguir, discutimos a literatura sobre voto no Brasil, apontando para as principais explicações sobre o que motiva eleitores a escolherem seus candidatos e, mais importante, a mudarem suas intenções de voto. A ênfase será na literatura sobre volatilidade eleitoral medida em nível individual. Cabe adiantar que há poucos estudos sobre mudança de preferência eleitoral no Brasil, devido, principalmente à escassez de bancos de dados de painel. Assim, o presente artigo supre essa lacuna na literatura. Exploraremos também o conceito de ambivalência atitudinal, como uma forma de entendermos os desafios a que estão expostos os brasileiros na hora de escolherem seu presidente. A discussão teórica será ilustrada pelas particularidades do pleito de 2010, a fim de melhor instruir as hipóteses que serão testadas no artigo. Em seguida, será apresentado o banco de dados, serão descritas suas principais características e alguns dos padrões de oscilação nas intenções de voto durante o ano de 2010. Também serão testadas as hipóteses usando técnicas estatísticas multivariadas apropriadas para a estimação de um modelo dinâmico sobre variação individual das intenções de voto. Por último, serão apresentadas as conclusões gerais e uma discussão sobre como o caso brasileiro contribui para pensarmos teoricamente acerca da ambivalência eleitoral.

Volatilidade eleitoral, ambivalência e seus determinantes

O estudo da volatilidade eleitoral tem duas grandes vertentes. Uma explora a instabilidade do voto em nível agregado e enfoca os partidos políticos (MAINWARING e SCULLY 1995; ROBERTS e WIBBELS, 1999; PERES, RICCI e RENNÓ; 2011). Essa literatura analisa os resultados de eleições a partir das votações recebidas por partidos em eleições subsequentes e define volatilidade como mudanças nesses padrões de votação. Segundo Mainwaring, quanto mais instável ou volátil for a votação de um partido, menos institucionalizado ele é. Apesar de extremamente relevante para obtermos um quadro geral do sistema partidário e o que gera instabilidade em nível agregado, essa abordagem nada nos diz sobre o que leva um eleitor a mudar sua intenção de voto durante o pleito eleitoral.

É sobre esse tema, a mudança em nível individual das escolhas eleitorais, que se debruça a segunda grande corrente de estudos sobre a volatilidade eleitoral. Para esse conjunto de trabalhos, o interesse é explicar quais fatores levam um eleitor a mudar sua escolha entre candidatos durante a campanha eleitoral (BAKER, AMES e RENNÓ, 2006; GREENE, 2011; AMES, GARCIA e SMITH, 2012). O enfoque predominante desses estudos, todavia, é no contexto político e social em que o eleitor está inserido. Ou seja, a sua rede próxima de debatedores políticos, o ambiente político no local de moradia, a cobertura

³ Participaram da coordenação do projeto, além dos autores do artigo, Cesar Zucco, David Samuels, Amy E. Smith e Fabiana Machado. Para obtenção de mais detalhes sobre o banco e ter acesso aos dados, veja: <http://www.iadb.org/en/research-and-data/publication-details,3169.html?pub_id=IDB-TN-508>.

dos meios de comunicação e a natureza da disputa partidária são os principais determinantes da volatilidade eleitoral em nível individual. A literatura que utiliza dados em painel das opiniões individuais de eleitores enfoca apenas secundariamente como os valores e atitudes dos eleitores e seus dilemas e conflitos internos levam à instabilidade da escolha eleitoral.

É justamente pela ênfase na ambivalência, gerada pelo embate entre valores e percepções contraditórias, que este artigo contribui para a literatura. Assim, voltamos nossa atenção menos para o ambiente externo e mais para o conflito entre valores a fim de explicar a volatilidade eleitoral. Obviamente, não descartamos aqui o papel muito importante gerado pelo ambiente externo, principalmente aquele reinterpretado pelos meios de comunicação e as redes sociais, para aumentar a visibilidade (*priming*) de temas e assim ampliar as oportunidades para ambivalência. Contudo, investigaremos como essas contradições, uma vez ativadas, levam a alterações nas intenções de voto. Será dado destaque, em particular, a alguns fatores-chave: avaliação do desempenho do governo, percepções sobre corrupção como problema nacional e temas de cunho religioso, em particular ativados pela questão do aborto.

Para melhor definirmos as hipóteses de trabalho, cabe visitar o debate sobre ambivalência atitudinal, muito empregado nos Estados Unidos, mas ainda inexplorado no caso brasileiro ou em perspectiva comparada.

Ambivalência atitudinal: definição

Atitudes são definidas como uma posição positiva ou negativa acerca de um objeto (EAGLEY E CHAIKEN, 1993, *apud* CONNER E ARMITAGE, 2008). Contudo, não é incomum que nos deparemos com situações nas quais não temos uma posição definida, firme sobre algo. Podemos simplesmente ser indiferentes à questão, ter incerteza, causada por pouca informação sobre o tema ou ainda podemos ter a convivência de percepções tanto positivas quanto negativas acerca desse tema (*issue*), candidato, partido ou qualquer outro objeto de interesse. Ambivalência atitudinal caracteriza essa última situação. Mais especificamente, ambivalência ou ambiguidade (usaremos esses termos como sinônimos e de forma intercambiável) ocorre quando *não* há polarização atitudinal (presença de atitudes fortes, definidas) e quando atitudes negativas e positivas são expressas simultaneamente sobre um mesmo objeto (CONNER E ARMITAGE, 2008, p. 261). Ou seja, podemos, ao mesmo tempo, gostar de um candidato por um motivo e detestá-lo por outro e isso nos levaria à indecisão.

Vale destacar, a fim de aumentar a clareza conceitual do termo, que a ambivalência atitudinal é diferente de incerteza ou indiferença, pois envolve conflito entre preferências concorrentes (CONNER E ARMITAGE, 2008, p. 262). A incerteza é uma variabilidade temporal das atitudes motivada por falta de informação. Para McGraw et al (2003), incerteza está muito mais associada a quantidade e qualidade da informação detida por um eleitor do que ambivalência entre valores. Refere-se, dessa forma, ao conhecimento e sofisticação política. Quanto mais informação um eleitor tem, menos incerteza apresenta sobre um tema. Não é, portanto, necessariamente uma situação de conflito entre valores ou atitudes ou mesmo de avaliação acerca de um objeto. Trata-se de uma situação de informação incompleta que leva a dúvidas sobre a veracidade de uma afirmação ou posicionamento. Dessa forma, incerteza pode atenuar o efeito da ambivalência, que está associada ao conhecimento sobre diferentes dimensões de um mesmo objeto. Incerteza causada por falta de informação gera instabilidade do comportamento por que esse

eleitor mal-informado pode ser influenciado uma hora por algo ou alguém e outra hora por um fator completamente distinto, sem com isso enfrentar dilemas sobre o conteúdo das informações.

O dilema entre dimensões avaliativas de um mesmo objeto diferencia a ambivalência eleitoral também da indiferença embora compartilhem um resultado comum, como o que ocorre com a incerteza; a instabilidade última da decisão (Yoo, 2010; THORNTON, 2011). Como já foi dito, ambivalência ocorre quando o indivíduo tem posições conflituosas acerca de um objeto. Isso é causado por atenção e interesse por aquele objeto, e não por distanciamento e indiferença. Indiferença é a ausência de posição sobre um objeto e é idêntica a uma atitude de neutralidade sobre algo, em que o indivíduo simplesmente não tem posição definida sobre algo. Assim, indiferença pode ser vista como a ausência de uma atitude por desinteresse acerca do tema.

As implicações da indiferença são claras; desinteresse pelo objeto, distanciamento do mesmo e baixos níveis de afeição e cognição. O indivíduo indiferente é bastante distinto daquele que é ambivalente: ele tem menos informação sobre política, se engaja menos em assuntos políticos e tem menos interesse por política (THORNTON, 2011, p.870). Além disso, esses estados atitudinais (ambivalência e indiferença) condicionam o efeito de diferentes atitudes e preferências sobre comportamentos concretos de maneira distinta. Thornton, analisando dados de opinião pública e avaliação de candidatos nos Estados Unidos, encontra que indivíduos indiferentes embasam menos suas avaliações de candidatos em questões partidárias e ideológicas do que aqueles que são ambivalentes (THORNTON, 2011, p.879). Yoo (2010), por sua vez, apresenta evidências de que eleitores ambivalentes são muito mais propensos a votarem do que eleitores indiferentes.

Cabe assinalar que indiferença e incerteza estão claramente associadas à informação política. O indivíduo indiferente se interessa menos por algo e busca menos informação sobre esse objeto, apresentando, conseqüentemente, incerteza sobre a questão. Tendo dito isso, é importante dizer que a incerteza pode ocorrer independentemente da indiferença. Há casos onde nos interessamos por algo mas não nos sentimos à vontade para assumir uma posição firme sobre esse objeto por que nos sentimos desinformados sobre ele. Essa é uma situação de incerteza, mas não de indiferença.

O desafio que se coloca é distinguir empiricamente o que motiva a instabilidade eleitoral, se a ambivalência, atitude mais complexa e informada, ou a indiferença ou incerteza, ambas de natureza mais simples e associadas respectivamente ao desinteresse e ao baixo nível de informação. Na verdade, esses serão os caminhos que seguiremos adiante: se a instabilidade da intenção de voto estiver associada a valores, crenças e opiniões, em eleitores instruídos e sofisticados politicamente, estaremos diante de um cenário de influência da ambivalência eleitoral. Por outro lado, se eleitores desinteressados e desinformados forem mais voláteis, estaremos diante de uma situação de indiferença e incerteza. Cabe frisar, em sendo esse o caso, estaremos diante de um eleitorado que adota processo decisório mais simplista, desinformado e menos guiado por temas e atitudes. Se a situação determinante da mudança de intenção de voto for a ambivalência, estaremos diante de um eleitor que enfrenta processo decisório bem mais complexo e elaborado.

Causas da ambivalência atitudinal

Como surgem atitudes ambivalentes, contraditórias, que colocam o indivíduo frente a um dilema? Conner e Armitage indicam duas principais fontes para ambiguidades. Uma refere-se a

contradições entre valores. Ou seja, gostamos ao mesmo tempo de coisas que não são compatíveis. Por exemplo, adoramos tomar cerveja, mas queremos manter uma boa forma física. Encontrar o equilíbrio não é fácil. O ideal seria ter ambos em grande quantidade, mas quando isso não se mostra viável, nos deparamos com uma situação desconfortável.

Valores são crenças enraizadas sobre princípios como justiça, coragem, humanismo, que estruturam atitudes mais concretas sobre temas específicos, como partidos políticos, políticas públicas e candidatos. Por serem muito amplos e sobrepostos, valores podem gerar atitudes mais específicas que estão em contradição. Por exemplo, podemos valorizar igualdade e liberdade, mas há ocasiões onde mais de uma pode representar menos de outra e isso gera confusão sobre o que escolher fazer. Quando enfrentamos dilemas, situações onde temos que decidir entre duas alternativas concorrentes mas igualmente pertinentes, quando valores se sobrepõem e entram em conflito ou estão em uma situação de soma zero, o resultado é a ambivalência atitudinal.

Por exemplo, um eleitor pode valorizar tanto uma ideia de ética na política que é contrária à corrupção e outra que enfatiza o valor do combate à desigualdade e pobreza, indicada por uma boa administração da macroeconomia conjugada a projetos de cunho social. Ambos os valores são centrais para a democracia, associados a conceitos como republicanismo e igualdade. Como escolher quando esses dois fatores são ativados de forma contraditória, conflitiva acerca de um mesmo candidato ou objeto e exigem uma escolha, um posicionamento do eleitor? Não é esse o dilema que parcela relevante da população de eleitores brasileiros se depara quando tem que decidir sobre votar em um candidato que investiu maciçamente em políticas sociais e aumento de renda, por um lado, mas, por outro, se viu envolvido em escândalos de corrupção? Não é esse o caso do PT em 2006 e 2010? Não é a isso que se refere o tradicional bordão da política nacional que soluciona esse conflito: “rouba mas faz?”

Fica claro que a palavra ativar, usada acima, implica em algum evento ou surgimento de elemento externo ao eleitor que estimula a ambivalência. A ocorrência de algum fato que gera interpretações distintas e concorrentes também está na essência da ambivalência atitudinal (CONNER e ARMITAGE, 2008, p. 265). Acesso a informações dissonantes sobre um mesmo objeto pode gerar atitudes distintas sobre esse objeto e ativar diferentes valores e princípios. Assim, é fundamental também entender o enquadramento preponderante dado a um evento para se compreender seu efeito no estímulo à ambivalência.

Novamente, se pensarmos na dinâmica eleitoral brasileira, fica claro que a cobertura enviesada da mídia sobre um evento político pode influenciar eleitores a ativarem certos valores ao invés de outros ou a fazer um uso diferenciado da observação que estão recebendo (GREENE, 2011). Além disso, a disputa política é, quase sempre, permeada por visões opostas e em conflito, ao invés de ser dominada por um único ângulo ou perspectiva. Assim, enquanto um lado acusa, outro se defende e ambos usam argumentos que podem ser críveis. Os argumentos mais convincentes são premiados com o voto. Mas, isso, claramente exige do eleitor esforço para escolher entre os diferentes valores e atitudes ativados

pelos eventos externos. Solucionar problemas gerados pela ambivalência eleitoral é tarefa que muito demanda dos eleitores e representa voto extremamente sofisticado⁴.

Consequências da ambivalência eleitoral

E quais são as consequências da ambivalência, do conflito entre atitudes e valores, para as escolhas individuais? Um óbvio resultado é a instabilidade atitudinal. Eleitores ambivalentes mudam mais de intenção de voto ou identificação partidária por que estão mais abertos a novas influências e informações. Isso também quer dizer que eleitores vivenciando momentos de ambivalência podem ser mais facilmente influenciados por suas redes sociais ou pelos meios de comunicação do que aqueles que têm convicções firmes e definidas. Eleitores mais ambivalentes estão mais abertos a serem convencidos por outros ou por nova informação do que eleitores menos ambivalentes.

O processamento de informações é afetado pelo grau de ambivalência de um cidadão. Eleitores mais convencidos e seguros de uma ideia, acabam por mais comumente enviesar o uso da informação para fortalecer suas opiniões e atitudes. Dessa forma, eleitores menos ambivalentes tendem a dar mais ênfase a informações positivas, propositalmente selecionando as informações que usam, visando confirmação de suas atitudes enraizadas sobre certo objeto (candidato ou partido, por exemplo). Por outro lado, maior ambiguidade gera maior ênfase em novas informações, que estimulariam uma correção da atitude ou posição adotada pelo eleitor (THORNTON, 2011). Assim, eleitores ambíguos ou ambivalentes processariam informações negativas e positivas sobre um tema, pesando quais são mais convincentes e usando-as para definir sua posição. Como acesso à informação não ocorre de forma uniformizada no ambiente político, ora favorecendo um ponto de vista, ora favorecendo outro, a escolha, o posicionamento sobre certo tema, também oscila. Por gerar menos confiança, firmeza em uma atitude, ambivalência passa a ser um estímulo a buscar mais informação (abertura informacional) e a mais sistematicamente processar essa informação.

Esse jogo de incentivos externos e conflitos internos se aplica a partidos políticos (GREENE, 2005; KEELE & WOLAK, 2008; CLARKE E MCCUCHEON, 2009; MULLIGAN, 2011), valores e ideologia (HOCHSCHILD, 1981; FELDMAN E ZALLER, 1992; GAINOUS et al, 2008; 2010) e temas, como o aborto (ALVAREZ E BREHM, 1995; CRAIG et al, 2002) e direitos dos homossexuais (CRAIG et al, 2005). Mas, obviamente, há diferenças como a ambivalência se apresenta em cada um. Para nossos fins imediatos, a questão que se coloca, então, é como a ambivalência afeta escolhas eleitorais?

Lavine (2001) é um dos primeiros estudiosos a enfocar o efeito da ambivalência frente a candidatos e seus efeitos em escolhas eleitorais. Eleições, na visão de Lavine, são momentos especiais para o surgimento de ambivalência, entendida como o uso de considerações conflitivas, contraditórias sobre um objeto, acerca de candidatos (LAVINE, 2001, p.916). Eleições são momentos onde há uma abundância de informações disponíveis, devido ao investimento na campanha eleitoral feito pelos candidatos. Esse cenário expõe eleitores a posições competitivas e díspares e a perspectivas e posições de diversos lados do espectro político. Frente a uma situação como essa, eleitores podem estar mais expostos a situações de ambivalência.

⁴ Não nos referimos aqui a voto sofisticado como estratégico (Cox, 1997), mas sim como um voto raciocinado (*reasoned*), na direção em que falam Lupia e McCubbins (2000) e se referem a votos que refletem a verdadeira opinião pensada, refletida do eleitor.

Consequências eleitorais da ambivalência são: 1) maior volatilidade nas escolhas eleitorais, mudar intenção de voto com frequência, e 2) maior demora, retardamento, na escolha eleitoral definitiva (LAVINE, 2001, p.917). O que gera essa instabilidade e adiamento na escolha eleitoral é que eleitores podem estar pressionados por avaliações diferentes do candidato em momentos distintos da campanha. Assim, a maior saliência de um tema em um momento do processo eleitoral e de outro no momento seguinte motiva a oscilação na intenção de voto.

Um exemplo claro é o que nos interessa diretamente aqui: percepções sobre corrupção podem ser realçadas/ativadas pelo enquadramento dado por fontes contextuais de informação a algum evento de campanha, como o surgimento de escândalo de corrupção. O eleitor que leva em consideração questões relacionadas a probidade administrativa, honestidade dos candidatos e ética na política, pode passar a acionar esses valores de forma mais marcante em dado momento da campanha. Se esse mesmo eleitor tem uma avaliação positiva do desempenho econômico e social do candidato envolvido no escândalo, ele passa a vivenciar uma situação de ambivalência atitudinal. A ambivalência, nesse exemplo, é motivada pelo fato de o eleitor valorizar tanto boa administração quanto honestidade e ambos estarem em contradição acerca de um candidato específico. O resultado pode ser volatilidade eleitoral gerada por ambivalência.

É inegável que o ambiente da campanha eleitoral e sua internalização por parte dos eleitores, através do uso de informações políticas, são dimensões-chave para entendermos a ambivalência acerca de candidatos (KEELE E WOLAK, 2008; RUDOLF E POPP, 2007). Campanhas mais competitivas, marcadas por diversidade nas fontes informacionais e no tipo de mensagens veiculadas, na intensidade da pressão social dos grupos e redes sociais dos eleitores e por variações na força dos partidos políticos passam a ser chave para compreender a amplitude contextual para a ambivalência eleitoral. O tipo de informação veiculado e seu viés torna-se chave também para compreendermos em que momento diferentes valores e considerações serão ativadas.

Mas, as características individuais dos eleitores, como sua identidade partidária, preferências ideológicas, nível de escolaridade e de sofisticação política também influenciam o grau de ambivalência vivenciado pelo eleitor. Captar o ambiente externo exige processos sistemáticos de coleta e processamento de informações que, por sua vez, são afetados por predisposições valorativas (RUDOLF E POPP, 2007).

O processo que gera ambivalência é complexo e multifacetado, colocando desafios claros de mensuração. Mas, podemos resumi-lo da seguinte forma: eleitores ambivalentes são aqueles que se envolvem mais claramente em processos complicados de avaliação de candidatos, utilizando fontes diversas de informação, pesando essas informações frente às distintas dimensões valorativas que contribuem na avaliação da informação e cuidadosamente considerando as implicações das novas informações adquiridas frente às já armazenadas (RUDOLF E POPP, 2007, p.566).

Portanto, fatores contextuais e individuais são chave para entendermos variações nos graus de ambivalência. Por sua vez, ambivalência gera mais instabilidade atitudinal, representada no presente caso como volatilidade eleitoral. O próximo passo é adaptar esse debate à realidade brasileira, com ênfase nas eleições de 2010, pensando em hipóteses sobre os fatores que levam eleitores a mudarem suas intenções de voto.

Hipóteses sobre estabilidade e mudança

Para pensarmos nos fatores que levam eleitores a mudarem suas opiniões, temos que considerar quais variáveis são importantes para explicar as escolhas eleitorais dos brasileiros. Há um conjunto de variáveis que vêm recorrentemente sendo testadas como explicações plausíveis para as escolhas eleitorais no Brasil. Adaptaremos sua interpretação rotineira para incorporar a dimensão dinâmica da mudança de escolhas eleitorais em sua aplicação aos dados aqui utilizados. Assim, algumas hipóteses serão acerca de elementos de estabilização das escolhas eleitorais. Outras serão sobre o que leva a mudanças na intenção de voto.

Começamos com os elementos que geram estabilidade da escolha eleitoral, reduzindo assim o espaço para ambiguidade, incerteza e indiferença. Estudos apontam para a importância da simpatia aos principais partidos políticos, como o PT, como sendo uma das principais motivações para a escolha eleitoral (CARREIRÃO e BARBETA, 2004; CARREIRÃO, 2002; CARREIRÃO e KINZO, 2004). Essas afirmações, por sua vez, são colocadas em xeque por outros autores, que afirmam que os partidos têm limitada influência nas eleições (PEREIRA e MUELLER, 2003; PAIVA e TAROUÇO, 2011; BAKER et al, 2006). Em teoria, partidos servem para dar estabilidade e continuidade ao sistema político, aumentando sua previsibilidade. Assim, a filiação partidária do candidato e a simpatia do eleitor por esse partido seriam explicações de longo prazo da escolha eleitoral, gerando constância e consistência intertemporal das decisões. Novamente, em teoria, sabendo o partido com o qual um eleitor se identifica, sabemos desde muito cedo em quem esse eleitor votará.

Portanto, uma primeira hipótese é que a identificação com um partido político teria um efeito negativo na probabilidade de mudança de voto do eleitor. Identificação partidária serve como um filtro valorativo que modifica o processamento de informações, censurando novas informações que são contrárias às crenças do eleitor. Dessa forma, a identificação partidária reduz o espaço para ambivalência. Em particular, eleitores do PT serão menos propensos a mudar de voto durante a campanha eleitoral, sempre favorecendo a estabilidade do apoio à Dilma Rousseff.

A segunda hipótese, também sobre um fator de estabilidade das intenções de voto, refere-se às avaliações do governo e retrospectivas da economia, bastante positivas no Brasil em 2010. Os eleitores satisfeitos com o governo de Lula e com a situação da economia no país serão menos propensos a mudar sua intenção de voto durante o pleito de 2010, apresentando mais estabilidade favorável à candidata do governo petista, Dilma Rousseff.

O estudo do impacto eleitoral do Bolsa Família ganhou alguma saliência nos últimos anos. Usando dados de pesquisas de opinião pública, Lício et al (2009) encontram suporte a afirmações de que Lula foi beneficiado eleitoralmente pelo Bolsa Família. Eles encontram que a avaliação de Lula é bem maior entre beneficiários do programa do que entre outros eleitores e que Lula foi mais bem votado entre os primeiros. Já Bohn (2011) argumenta que o Bolsa Família teve efeito limitado, embora seu estudo tenha sido criticado recentemente, indicando que suas inferências estão embasadas em uma análise incorreta da intenção de voto (ZUCCO E POWER, 2013). Voltamos a testar essas hipóteses em nosso estudo, supondo que beneficiários do Bolsa Família tenderam a votar em Dilma Rousseff e a não migrarem seu voto. Ou seja, nossa terceira hipótese prevê um impacto estabilizador do Bolsa Família no voto.

Passemos agora a explicações sobre a instabilidade da escolha eleitoral. Eleitores com maior motivação e capacidade de lidar com informações políticas seriam os mais propensos a mudar sua intenção de voto durante as eleições, pois estão mais expostos aos eventos de campanha. Mais informação política está associada à instabilidade eleitoral gerada por ambivalência eleitoral. Por outro lado, se os eleitores menos sofisticados forem os mais propensos a mudarem de voto, teremos uma situação de incerteza e não necessariamente de ambivalência. Assim, a terceira hipótese é que níveis educacionais mais altos e maior sofisticação política (medida através de conhecimento sobre política) aumentam a probabilidade de mudança de opinião sobre candidatos durante a campanha por motivos de ambiguidade eleitoral.

Diferenciamos, assim, eleitores ambivalentes de eleitores incertos, cujos baixos níveis educacionais e informacionais explicariam sua instabilidade. Caso os menos informados sobre política sejam os mais instáveis, é a incerteza e não a ambiguidade que explica a volatilidade eleitoral.

De forma semelhante, a quarta hipótese distingue ambivalência de indiferença. Eleitores que não têm motivação e interesse por política são eleitores indiferentes. Se estes forem os mais adeptos a mudarem de intenção de voto, então é a indiferença e não a ambivalência que explica a volatilidade. Já se o interesse por política estiver associado à mudança de intenção de voto, teremos mais um indício de que é a ambivalência atitudinal que motiva a instabilidade eleitoral.

Ou seja, dependendo do perfil do eleitor mais volátil, poderemos destrinchar a motivação atitudinal que causa a instabilidade. Ambivalência ocorre entre os mais bem informados e mais interessados. Indiferença entre os desinteressados por política e incerteza entre os mal informados.

Contudo, isso é claramente insuficiente para caracterizar uma situação como a de ambivalência. Podemos ver os fatores mencionados como necessários mas não suficientes para afirmarmos que é a ambivalência que gera instabilidade. Precisamos, para isso, levar em consideração o dilema atitudinal, embasado em temas de campanha e valores contraditórios, que motivem a ambivalência. Conforme definimos antes, ambivalência não se refere apenas a informação e interesse, mas principalmente ao conflito entre valores/atitudes/opiniões que entram em contradição.

Assim, eleitores que entendem a corrupção como um problema nacional também serão mais propensos a mudarem de opinião sobre as eleições, assim como os que se posicionam contra o aborto. Ou seja, visões sobre temas específicos da campanha eleitoral podem gerar ambiguidade entre os eleitores. Aqueles que têm posições fortes sobre um tema, e veem um candidato envolto em problemas com essas questões, serão os mais propícios a mudarem de intenção de voto. Eleitores que entendem a corrupção como principal problema nacional serão mais propensos a mudarem sua intenção de voto, abandonando Dilma Rousseff, a candidata associada ao principal escândalo da campanha eleitoral, e beneficiando Serra, seu principal adversário. Isso ocorre por que a defesa de Dilma sobre sua principal assistente pessoal, Erenice Guerra, não negou a ocorrência de corrupção, apenas afastou a pessoa, para alguns aceitação de culpa. Ou seja, não houve exposição a argumentos polarizados sobre a questão; prevaleceu a posição da oposição.

A situação do tema do aborto é mais complexa. Por ser um tema novo na agenda eleitoral brasileira e por ter sido abordado através das lentes da religião e não do debate sobre políticas públicas, é difícil dizer que efeito essa variável teve. Uma hipótese já levantada é de que a emergência desse tema

prejudicou Dilma Rousseff e beneficiou Marina Silva (CERVELLINI et al, 2011). Testaremos essa hipótese aqui. Contudo, devido à reação religiosa tanto de Dilma quanto de Serra na reta final do primeiro turno, motivados por essa agenda, é possível que suas posturas de campanha tenham revertido o efeito das acusações feitas. Ou seja, a própria dinâmica do contexto de campanha, com a apresentação de posições contraditórias, pode ter atenuado o impacto do tema na geração de ambivalência eleitoral.

Além disso, por ter sido tratado como um tema de cunho religioso na campanha, a questão do aborto novamente traz à tona o efeito eleitoral das clivagens religiosas (BOHN, 2004; 2007). Portanto, a questão do aborto pode ter ativado o papel da religião nas eleições, ao invés de diretamente haver prejudicado algum candidato. Dessa forma, Marina Silva que, por ser evangélica e sempre claramente contra o aborto, pode ter ganhado votos de eleitores evangélicos com a maior saliência desse tema na campanha. Portanto, cabe investigar como a religião e a prática religiosa também afetaram intenções de voto em 2010. Conforme dito, uma expectativa clara é que evangélicos sejam mais propensos a votar em Marina em contraste à Dilma. Contudo, como resposta a tudo isso, tanto Dilma quanto Serra se apresentaram como pessoas religiosas no final da campanha. Serra, principalmente, realçou sua filiação ao catolicismo para tentar contrarrestar os ganhos de Marina. Resta ver se há algum posicionamento predominante entre os católicos nesse processo eleitoral. Não há hipóteses claras nesse sentido, mas uma inclinação a pensar que Serra será mais beneficiado por esse voto é plausível.

É importante deixar claro que não só a filiação religiosa interessa, mas também a prática religiosa. Eleitores que vão mais à igreja, que estão expostos a padres/pastores que em suas pregações falam de política e os que assistem a programas religiosos na televisão podem ter sido mais influenciados pelo debate sobre aborto. Esses eleitores estariam mais propensos a votarem em Marina ou Serra do que Dilma, cuja postura religiosa e contra o aborto surge apenas na reta final da campanha, possivelmente encontrando dificuldades de convencer a população sobre sua religiosidade. Estariam também mais propensos a mudarem sua orientação de voto, abandonando Dilma Rousseff no transcurso da campanha.

Por último, eleitores ambivalentes retardarão ao máximo sua decisão. No caso específico de 2010, as mudanças de intenção de voto deverão ocorrer ao final do primeiro turno. Foi nesse contexto que o PT viveu seu período de purgatório eleitoral, com a emergência do escândalo de tráfico de influência na Casa Civil, liderado pelo filho da então ministra Erenice Guerra, antiga assistente direta de Dilma quando esta comandava a pasta. Foi também nesse período que a discussão sobre aborto e a mobilização religiosa sobre o tema, bastante contrária à Dilma Rousseff, se encorpou nas redes sociais da internet e nas propagandas eleitorais da oposição e governo. No nosso banco de dados, é entre a segunda e terceira ondas de entrevistas, entre setembro e o primeiro turno, que devemos esperar as mudanças mais relevantes para o desfecho teoricamente antecipado do primeiro turno: incapacidade do PT de vencer logo nesse turno a eleição.

Dados e Análise

Ambivalência é medida de diversas formas em pesquisas de opinião. Uma estratégia é avaliar a concordância do entrevistado com avaliações subjetivas sobre aspectos positivos ou negativos de um objeto: quando predominam opiniões consistentes (sempre positivas ou negativas), isso é indicação de valores extremos, polarização, e não de ambivalência, que seria marcada por posturas inconsistentes

sobre o mesmo objeto. A limitação dessa abordagem é que são necessários vários itens acerca de um mesmo tema para mensurar ambivalência, o que torna o processo de coleta de dados dispendioso. Estratégia semelhante usa perguntas sem alternativas de resposta definidas, ditas abertas ou espontâneas, onde os entrevistados têm que ofertar posições negativas e positivas sobre um objeto. Nesse caso, contam-se o número de atributos positivos e negativos e se estes forem de quantidade igual, há ambivalência. Se forem predominantemente positivos ou negativos, há posição firme, dita extrema, sobre o tema. Obviamente, os custos de utilização dessa estratégia são muito altos, exigindo codificação das perguntas abertas posterior à aplicação do questionário.

Também são utilizadas avaliações do *entrevistador* sobre o estado da opinião de um *entrevistado*. Nesse caso, o entrevistador responde a perguntas que indicam sua percepção sobre o grau de ambivalência (ou incerteza) do eleitor. O problema dessa estratégia é que não diferencia ambivalência de incerteza ou indiferença. Outra alternativa é o próprio entrevistado informar seu grau de ambivalência sobre o tema. Aqui a limitação está em que pessoas normalmente não têm grande precisão em identificar as motivações de suas escolhas ou mesmo a estabilidade dessas escolhas (FOWLER, 1995).

Todas essas formas de mensuração são válidas e confiáveis, embora algumas melhores do que outras, mas exigem desenhos de pesquisa exclusivamente voltados para medir a ambivalência. Infelizmente, esse não é o caso do nosso estudo. Assim, medimos a ambivalência avaliando o impacto de diversas variáveis, como sofisticação política, interesse por política e posição frente ao aborto e corrupção na probabilidade de mudança de voto entre candidatos no pleito de 2010, usando o Estudo de Painele Eleitoral Brasileiro de 2010 (EPEB).

O EPEB realizou 4.611 entrevistas ao longo de 2010 em todo o país, incluindo todas as cinco regiões, 16 estados e 60 municípios. A primeira onda de entrevistas, com 2.482 entrevistados, foi também parte da etapa brasileira do Barômetro das Américas, tendo sido realizada em abril. As ondas dois e três foram coletadas exclusivamente como parte de EPEB. Na segunda onda de entrevistas, foram conduzidas 908 entrevistas em setembro, antes do início do horário eleitoral gratuito. Na última rodada, em novembro, logo após o término do segundo turno, foram realizadas 1.221 entrevistas. No total, 751 participantes responderam a questionários em todas as três ondas de entrevistas⁵.

⁵ Devido às restrições de financiamento, buscamos re-entrevistar no máximo 1100 dos entrevistados originais na segunda onda de entrevistas. Dado que a primeira onda teve um N de cerca de 2.500 entrevistas, foram selecionados aleatoriamente uma amostra de 1100 entrevistados e um número equivalente de substitutos em potencial, agrupados dentro dos mesmos setores censitários, pareando-os um-para-um com os membros da amostra principal. Da amostra principal o índice de resposta foi de 54% e o da amostra de substituição foi de 67%. De todos os 1600 entrevistados da primeira onda que tentamos entrevistar, conseguimos 908 entrevistas (57% de índice de resposta). Na terceira onda, procuramos entrevistar novamente todos os entrevistados na segunda rodada e conseguimos entrevistas com 751 destes, com um índice de resposta de 83% (751/908). Além disso, buscou-se um adicional de 519 entrevistas selecionadas aleatoriamente dentre aqueles que haviam sido entrevistados na primeira onda em abril. Foram feitas 283 entrevistas com esse grupo, resultando em uma taxa de resposta de 55%. Por fim, tentamos entrevistar um novo lote de 288 entrevistados dentro dos mesmos setores censitários. Destas foram realizadas 187 entrevistas, para uma taxa de resposta de 65%. Esse conjunto de novos entrevistados é útil para controlar por questões de viés de mortalidade (distorções geradas pela saída da amostra de entrevistados) e de condicionamento de painel (alteração dos comportamentos dos entrevistados por participarem em etapas seguidas de entrevistas), males que afligem pesquisas longitudinais de opinião pública. Variáveis dicotômicas para esses grupos foram inseridas nas equações e não apresentaram resultados estatisticamente significativos, o que nos tranquiliza acerca de potenciais distorções nos resultados gerados pelo desenho da pesquisa. Assim, de modo geral, na terceira onda tentou-se entrevistar 1.715 pessoas e foram realizadas 1.221 entrevistas, para uma taxa de resposta de 71%. De acordo com padrões internacionais, esses indicadores de resposta estão acima da média, especialmente a taxa de retenção entre as ondas dois e três. Por último, cabe destacar que esses dados não apresentam distorções relevantes de onda para onda em diversos de seus atributos espaciais e demográficos, conforme pode ser visto na Tabela 1 do Apêndice.

As primeiras evidências de mudança nas intenções de voto são apresentadas de forma descritiva nas Tabelas a seguir⁶. Essas tabelas servem para testar a hipótese sobre a demora de eleitores ambivalentes a se decidirem. As Tabelas 1 e 2 apresentam os padrões de estabilidade e mudança nas intenções de voto e voto declarado no primeiro turno por candidato. A Tabela 1 resume as mudanças entre a primeira e a segunda rodadas de entrevistas. A diagonal apresenta estabilidade no voto. Os eleitores mais estáveis foram os de Dilma, mas por uma pequena margem em relação à Serra. Assim, antes do começo efetivo da campanha, prevalece certa estabilidade das preferências, embora o número de indecisos seja grande e também estável, mostrando um grande reservatório de votos que não apontam qualquer formação de opinião eleitoral tão cedo na campanha.

Tabela 1
Intenção de voto em abril e em agosto
Brasil 2010 (%)

Voto Abril/ Agosto	Dilma Rousseff	José Serra	Marina Silva	Outros	Indecisos	Total
Dilma Rousseff	62.41	11.7	8.87	2.84	14.18	100
José Serra	21.03	61.54	7.69	2.05	7.69	100
Marina Silva	25	15	41.67	1.67	16.67	100
Ciro Gomes	33.33	20.37	12.96	5.56	27.78	100
Outros	31.48	16.67	5.56	12.96	33.33	100
Indecisos	33.84	15.97	8.37	6.84	34.98	100

Fonte: EPEB 2010, elaboração própria.

Na Tabela 2 apresentamos os resultados para a mudança da segunda onda de entrevistas, em setembro, até a última onda em novembro. Ou seja, medimos a mudança da intenção de voto antes do início do horário eleitoral gratuito e o voto declarado no primeiro turno. Uma de nossas hipóteses aponta que esse é o momento em que ocorrerá maior mudança de intenções de voto, devido ao purgatório eleitoral marcado pela emergência do escândalo de corrupção e erupção da discussão sobre aborto. Também por que eleitores ambivalentes retardam suas decisões para a véspera de eleições.

O que encontramos confirma a hipótese do estudo: houve mais mudança nas intenções de voto na reta final da campanha. Dilma perdeu votos para Serra e Marina na mesma intensidade, mas há um aumento na perda de votos para Marina em relação ao período de abril a setembro. Serra, por sua vez, perde muito mais de seus próprios eleitores para Dilma do que ganha e Marina perde mais para Serra do que Dilma. Ou seja, a migração de votos para Serra, que foi completamente ignorada pelo argumento acerca do tema do aborto e da corrupção, supostamente beneficiando apenas Marina, não é correto. Serra manteve mais de seus próprios eleitores na reta final do que Marina e herdou mais eleitores de Marina do que Dilma. Mais importante, temos aqui uma evidência inicial de que a ambivalência foi um fator relevante no processo decisório de boa parte do eleitorado brasileiro, retardando decisões.

⁶ Todo o material necessário para replicar os achados abaixo, incluindo a descrição dos itens do questionário, recodificação das variáveis e comandos executados para a análise estão disponíveis com os autores pelo email lucio.renno@unb.br.

Tabela 2
Intenção de voto em agosto e voto declarado no primeiro turno
Brasil 2010 (%)

Intenção de Voto em Agosto e Voto no Primeiro Turno	Dilma Rousseff	José Serra	Marina Silva	Outros	Indecisos	Total
Dilma Rousseff	71.51	9.41	9.68	5.11	4.3	100
José Serra	25.97	53.49	10.47	5.81	4.26	100
Marina Silva	24.04	26.92	38.46	3.85	6.73	100
Outros	25.53	21.28	25.53	23.4	4.26	100
Indecisos	40.17	22.22	16.67	11.54	9.4	100

Fonte: EPEB 2010, elaboração própria.

A Tabela 3 complementa esses achados apontando os resultados combinados de ganho e perda de voto em relação ao total de eleitores entrevistados. A tabela apresenta o agregado de votos ganhos e perdidos frente ao total de votos e por isso se diferencia das tabelas anteriores, que indicavam algo semelhante, mas em relação apenas ao total de votação de cada candidato. A Tabela 3, assim, resume todo o processo de mudança e estabilidade das intenções de voto no pleito de 2010.

Dilma é, disparado, a grande ganhadora de votos, principalmente na reta final da campanha eleitoral. Isso é surpreendente e contra a expectativa geral dos analistas, que veem na véspera do primeiro turno uma perda grande de Dilma. Contudo, cabe destacar que Marina Silva também se apresenta como uma ganhadora expressiva de votos nesse momento, o que é consoante com as expectativas tendo em vista as pesquisas eleitorais divulgadas na véspera do primeiro turno e a votação final alcançada por Marina nesse turno. Ou seja, a ideia de purgatório eleitoral é mais complexa do que originalmente pensamos, já que não aponta para apenas perdas; tem que ser vista, na verdade, como momento de ambivalência acentuada e incerteza quanto ao resultado final do pleito.

Claramente, a situação não é tão simples quanto pesquisas anteriores indicam (CERVELLINI et al, 2011). Quando olhamos dados de painel, percebemos mais oscilações nas intenções de voto e padrões mais variados de mudança: não foi só Dilma que perdeu e Marina que ganhou. Houve mudanças em distintas direções, beneficiando de forma diferenciada os três principais candidatos.

Alguns achados, contudo, são claros. O número de indecisos diminui dramaticamente na reta final da eleição, como também é esperado, e o número de mudanças de intenção de voto foi extremamente elevado na reta final da eleição, chegando a 41,1% de mudanças frente a 24,8% que ocorreram no início da campanha. Obviamente, as duas coisas estão ligadas: uma parcela das mudanças se deve a indecisos que tomam decisão. Quando deixamos estes de lado e analisamos apenas os que declararam alguma mudança de intenção de voto, 24% dos eleitores experimentaram alguma mudança entre candidatos na reta final da eleição, enquanto 16,8% mudaram entre candidatos no início da eleição.

Tabela 3
Volatilidade Eleitoral nos Eleições Presidenciais de 2010

Painel A
Volatilidade entre Abril e Agosto

Intenção de Voto em Agosto						
	Dilma Rouseff	José Serra	Marina Silva	Outros	Indecisos	Total Abril
Intenção de Voto em Abril						
Dilma Rouseff	19.4	3.6	2.8	0.9	4.4	31.1
José Serra	4.5	13.2	1.7	0.4	1.7	21.5
Marina Silva	1.7	1.0	2.8	0.1	1.1	6.6
Ciro Gomes	2.0	1.2	0.8	0.3	1.7	5.9
Outros	1.9	1.0	0.3	0.8	2.0	5.9
Indecisos	9.8	4.6	2.4	2.0	10.1	28.9
Total em Agosto	39.2	24.7	10.7	4.5	20.9	100
Perdas e Ganhos agregados	8.1	3.2	4.1	-1.4	-8.0	24.8

Painel B
Mudanças entre Agosto e Voto Declarado em Novembro

Intenção de Voto em Novembro						
Intenção de Voto em Setembro	Dilma Rouseff	José Serra	Marina Silva	Outros	Indecisos	Total Setembro
Dilma Rouseff	25.7	3.4	3.5	1.8	1.5	36.0
José Serra	6.5	13.3	2.6	1.5	1.1	25.0
Marina Silva	2.4	2.7	3.9	0.4	0.7	10.1
Outros	9.1	5.0	3.8	2.6	2.1	22.6
Indecisos	45.8	25.7	15.1	7.4	5.9	6.3
Total em Novembro	25.7	3.4	3.5	1.8	1.5	100.0
Perdas e Ganhos agregados	8.9	0.5	4.8	9.8	-17.1	41.1
Total de Perdas e Ganhos nos painéis A e B.	17.0	3.7	8.9	11.2	-25.1	65.9

Fonte: EPEB 2010, elaboração própria.

Assim, conforme dito, confirmamos que houve mais mudanças na reta final entre candidatos do que no começo da campanha, evidência de ambivalência. Mas, será que isso foi devido à ambivalência ou a incerteza e indiferença? De fato, a análise descritiva não permite discriminar entre essas explicações. Essa será a tarefa da análise seguinte, multivariada, e que explorará as diferentes hipóteses sobre o que causa volatilidade eleitoral.

Para responder à questão acima, primeiramente, fazemos uma análise simples do resultado da eleição para verificar quais variáveis impactaram a decisão eleitoral final do eleitor no primeiro turno. A Tabela 4 apresenta os coeficientes de uma regressão multinomial simples, costumeiramente utilizada em pesquisas de opinião pública pós-eleitoral, para testar um modelo de explicação do voto. A tabela traz o voto em Dilma Rouseff como a categoria de referência e a contrasta com todas as demais escolhas. Assim, valores negativos nos coeficientes indicam maior probabilidade de escolher a categoria

base, voto em Dilma. Usamos nessa análise apenas um recorte transversal da última rodada de entrevistas em novembro, analisando o voto declarado no primeiro turno. Mas, utilizamos também dados de rodadas anteriores, como a identificação partidária na primeira rodada de entrevistas para evitar algum problema de endogeneidade da simpatia por partidos à escolha de candidatos.

Nesta análise incluímos diversas variáveis que medem religião e religiosidade, como a religião declarada, se católico, protestante ou evangélico; hábitos religiosos como frequência de ir à igreja e assistir a programas religiosos na televisão e também se o eleitor é exposto a alguma pregação sobre política na igreja que frequenta. Também incluímos uma variável sobre opinião acerca do aborto, se é favorável a alguma forma de legalização do aborto ou completamente contrário. Controlamos assim como a religião e o tema do aborto interferiram na escolha eleitoral dos eleitores brasileiros.

Nesse primeiro segmento, o mais interessante é constatar que a posição contra a legalização do aborto não diferencia eleitores de Marina e Dilma, mas sim, aumenta a probabilidade de o eleitor declarar que não votou/não lembra ao invés de votar em Dilma. Católicos votaram mais em Dilma do que em Marina e não houve diferença estatisticamente significativa em relação a Serra. Evangélicos votaram mais em Marina. Quem assiste a programas religiosos na televisão votou em Serra e Marina e quem frequenta uma igreja cujo pastor ou padre prega sobre política tenderam a votar mais em Serra. Ou seja, de fato, um voto religioso, principalmente evangélico e de quem é telespectador de programas religiosos e contra o aborto desfavoreceu Dilma Rousseff na eleição de 2010.

O segundo conjunto de variáveis está relacionado à questão da corrupção. Uma variável mede a visão geral do cidadão sobre corrupção no funcionalismo público, perguntando se funcionários públicos são, em geral, corruptos. A segunda é baseada em uma pergunta aberta que capta a saliência da corrupção como pior problema do país. Apenas esta segunda é estatisticamente significativa e afeta a escolha entre Dilma e dizer que não votou, não lembra ou não sabe. A visão sobre a corrupção como problema nacional levou eleitores a negarem terem votado em Dilma (mesmo que potencialmente o tenham feito) e estimulou os entrevistados a dizerem que não votaram ou não se lembram. Ou seja, mesmo que de fato o eleitor tenha votado em Dilma, a questão da corrupção não o permite declarar abertamente que votou na candidata do governo.

É importante destacar que eleitores que têm posição acerca da corrupção e do aborto tenderam a apresentar o mesmo comportamento: recusaram a dizer em quem votaram ou afirmaram não ter votado. A ambivalência acerca desses fatores leva eleitores a se recusarem a assumirem voto na candidata do governo, embora precisemos de dados com variação temporal para melhor fundamentar essa afirmação; tarefa à qual nos dedicaremos em breve.

As próximas três variáveis medem: a) a avaliação retrospectiva da economia, b) ser beneficiário do Bolsa Família e c) avaliação do então presidente Lula da Silva. Essas variáveis são todas extremamente relevantes para explicar o voto em Dilma Rousseff. Avaliações positivas da economia, o voto econômico retrospectivo, levam a aumento na probabilidade de votar em Dilma em relação a não votar. Ser beneficiário do Bolsa Família aumenta a chance de votar em Dilma frente a votar em Serra e em outros candidatos e, por fim, avaliação positiva do presidente Lula é o fator de maior impacto em aumentar a probabilidade de votar em Dilma frente a todos os candidatos. Em suma, o desempenho do governo Lula é fundamental para entender o sucesso eleitoral de Dilma. O próximo conjunto de variáveis

mede o efeito da identificação partidária e demonstra que petistas votam em Dilma Rousseff e partidários do PSDB votam em todos os demais candidatos à exceção de Dilma. Assim, identificação com o PT tem um efeito previsível e esperado enquanto a simpatia pelo PSDB resulta em impacto previsível apenas no que tange ao anti-petismo, mas não indica voto em candidato do PSDB. O eleitor “tucano” se distribuiu por todos os demais candidatos. Isso confirma os estudos de Carreirão sobre o efeito âncora que o PT exerce na disputa eleitoral presidencial, mas aponta também para a fragilidade dos demais partidos.

Por último, eleitores mais sofisticados politicamente (com mais informação factual sobre política) e mais escolarizados votaram em Marina e Serra. Mulheres e idosos também optaram por outros candidatos que não Dilma. O voto de Dilma, claramente, não é baseado em um apelo de gênero. Incluímos uma variável de interesse por política, para controlar por indiferença, mas ela não se mostra estatisticamente significativa, então a excluímos da Tabela 4.

Tabela 4
Coefficientes de Regressão Multinomial para o Voto em Dilma Rousseff
Brasil (2010)

	Serra	Marina	Outros	Não Votou
Católico	-0.171	-0.568*	-0.961**	-0.163
Protestante	0.203	-0.043	-0.244	-0.014
Evangélico	0.201	0.721*	-0.413	0.764
Frequência de ir à igreja	-0.076	-0.031	-0.088	-0.054
Pastor/padre prega sobre política	0.610**	0.344	0.017	-0.003
Assiste a programas religiosos na TV	0.420**	0.377*	0.302	-0.482
Contra a legalização do aborto	0.175	0.020	-0.023	0.549*
Acredita que há corrupção no serviço público	0.057	0.115	0.197	-0.008
Vê a corrupção como problema nacional	0.313	-0.338	-0.438	0.758*
Voto econômico retrospectivo	-0.142	-0.157	-0.242	-0.384**
Beneficiário do Bolsa Família	-0.703***	0.022	-0.930**	-1.062**
Avaliação do presidente	-0.974***	-0.372**	-0.539**	0.009
Petista	-2.093***	-1.63***	-1.35***	-0.745*
Identifica com o PSDB	3.658***	1.684**	2.065**	2.968***
Sofisticação política	0.174**	0.369***	0.062	0.226*
Mulher	0.472**	0.414**	-0.106	0.291
Idade	0.158**	-0.112	0.049	-0.026
Educação	0.086**	0.109***	-0.034	-0.033
Amostra de reposição	0.214	-0.003	0.522*	-0.187
Grupo de Tratamento	0.037	-0.154	0.165	0.037
Constante	1.572	-0.750	1.906	-0.803

Erros Robustos: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
N: 1062, Pseudo R²: 0.17

Os resultados da Tabela 4 nos oferecem indícios sobre os fatores que influenciaram as escolhas eleitorais dos eleitores brasileiros no pleito de 2010. Contudo, eles não dizem nada acerca dos padrões

de mudança nas intenções de voto nas eleições. A Tabela 5 pretende, exatamente, demonstrar como algumas variáveis influenciaram a mudança de voto entre o mês de setembro e o primeiro turno, período aqui considerado o purgatório do PT devido aos escândalos de corrupção e ao debate sobre o aborto e no qual aconteceu o maior número de mudanças de intenção de voto. Dessa forma, podemos capturar efeitos das variáveis independentes que são ignorados quando fazemos uma análise transversal pós-eleitoral, como a que apresentamos acima.

Na Tabela 5, estão os resultados de um modelo de transição do voto conforme testado por Ames et al (2012) para eleições anteriores. O modelo de transição acrescenta na equação termos interativos entre cada variável independente e um termo defasado da intenção de voto em agosto (indicado pela variável “Voto Defasado em Dilma”) para explicar o voto declarado no primeiro turno. A variável dependente é o voto no primeiro turno em Dilma em relação a cada uma das demais alternativas: votar em Marina, Serra, outro candidato ou não votar/não declarar. Voto em Dilma tem valor um (1) e adquire valor 0 (zero) para cada uma das outras alternativas. Assim, contrastamos a intenção de voto em agosto e seu voto declarado no primeiro turno para pares de candidatos (Dilma e Marina; Dilma e Serra) e medimos os efeitos de cada variável independente na probabilidade de manter o mesmo voto ou mudar⁷. Retiramos algumas variáveis independentes que não apresentaram resultado na equação acima.

A coluna 1a mostra os eleitores com intenção de voto em Marina em agosto e a coluna 1b os que tinham intenção de votar em Dilma. Na verdade, a coluna 1b é estimada com os termos interativos entre as variáveis independentes e o voto defasado em Dilma. Assim, na coluna 1a mostramos o efeito das variáveis independentes em explicar a probabilidade de ter votado em Dilma no primeiro turno, quando a variável “voto defasado em Dilma” tem valor zero (0), indicando que se trata de eleitores que tinham intenção de votar em Marina em setembro. Ou seja, nessa coluna, mostramos como os eleitores de Marina em setembro decidiram votar no primeiro turno. Valores positivos nas variáveis independentes nessa coluna indicam que essa variável aumentou a probabilidade de eleitores de Marina a votarem em Dilma no primeiro turno. Valores negativos indicam as variáveis que levaram eleitores de Marina a reforçarem sua intenção de votar nela no primeiro turno.

Já na coluna 1b temos os coeficientes condicionais e seus erros-padrão em relação a quando a variável defasada de voto em Dilma adquire valor 1. Portanto, nessa coluna temos os casos dos eleitores que diziam ter a intenção de votar em Dilma em setembro. Valores negativos nas variáveis independentes indicam que esses eleitores deixaram de votar em Dilma em favor de Marina no primeiro turno, mensurado na última onda de entrevistas. Valores positivos indicam as variáveis que fortaleceram entre os eleitores de Dilma a preferência por ela: são variáveis de estabilidade e cristalização do voto.

As colunas 2a e 2b trazem resultados idênticos contrastando Dilma e Serra.

⁷ Apresentamos apenas a comparação Dilma/Marina e Dilma/Serra. Mas, rodamos também para as alternativas “outros” e “não sabe/não lembra/não votou.” Esses resultados, devido ao número restrito de casos, apresentam dificuldades de análise e não são discutidos aqui. Essa é uma adaptação ao modelo original de transição, que permite apenas contrastar pares de alternativas e não é viável em uma análise multinomial, a mais adequada para eleições com diversos candidatos. Assim, optamos por rodar quatro modelos logit contrastando Dilma com cada uma das categorias alternativas aproximando assim nossa análise à lógica de estimação de um modelo multinomial. Dessa forma, evitamos vies ao incluir na análise todas as alternativas possíveis de mudança de voto envolvendo a candidata do governo.

Modelos de transição são interessantes, portanto, por que permitem captar os efeitos das variáveis independentes em aumentar a propensão à mudança na intenção de voto ou à cristalização da intenção de voto em dois momentos distintos da campanha.

Sem perder de vista que já sabemos que fatores religiosos, visões sobre corrupção e principalmente avaliações do governo e políticas sociais tiveram forte efeito na definição do voto em 2010, conforme apresentado na Tabela 4, podemos agora investigar o que levou eleitores a mudarem de intenção de voto na Tabela 5. Assim, respondemos nossa pergunta inicial sobre o que gera mudança, volatilidade, nos padrões de escolha eleitoral.

Tabela 5
Modelo de transição para voto em Dilma no primeiro turno,
condicionado pelas intenções de voto em Agosto (2ª onda)

	(1a)	(1b)	(2a)	(2b)
Variáveis	Marina Setembro (β_0)	Dilma Setembro (β_1)	Serra Setembro (β_0)	Dilma Setembro (β_1)
Católico	-0.91 (1.48)	-1.19 (1.21)	1.39* (0.727)	0.33 (0.83)
Protestante	-0.44 (1.39)	-1.37 (1.22)	0.82 (0.864)	0.25 (0.86)
Evangélico	-2.29 (2.38)	-1.45 (1.33)	1.27 (0.945)	0.12 1.02
Frequência que vai à igreja	1.12* (0.59)	-0.01 (0.22)	0.16 (0.187)	-0.16 (0.14)
Padre/Pastor prega sobre política	-3.54 (3.19)	-0.60 (0.63)	-0.14 (0.713)	-0.51 (0.82)
Assiste a programas religiosos na TV	-3.77** (1.58)	0.26 (0.46)	-1.08** (0.492)	-0.21 (0.47)
Contra a legalização do aborto	4.53*** (1.54)	-0.24 (0.43)	-0.23 (0.456)	-0.71 (0.48)
Corrupção como problema nacional	0.63 (2.14)	-0.38 (0.84)	-16.12*** (0.687)	-1.76** (0.78)
Voto econômico retrospectivo	1.94 (1.36)	0.09 (0.26)	-0.29 (0.218)	0.39 (0.26)
Beneficiário do Bolsa Família	-10.54** (4.44)	-0.66 (0.48)	0.19 (0.430)	-0.02 (0.60)
Avaliação do presidente	3.46* (1.77)	0.68** (0.25)	0.79*** (0.277)	0.87*** (0.32)
Petista	10.19*** (3.66)	1.60** (0.53)	2.45*** (0.623)	2.46*** (0.74)
Mulher	5.08** (2.10)	-0.59 (0.45)	-0.66 (0.406)	-0.57 (0.46)
Idade	0.07 (0.31)	0.34 (0.19)	-0.34* (0.182)	-0.06 (0.29)
Escolaridade	-1.24* (0.64)	0.02 (0.07)	-0.21*** (0.080)	0.09 (0.07)
Sofisticação política	-1.03 (0.84)	-0.73*** (0.22)	-0.04 (0.194)	0.06 (0.23)
Constante	-17.09** (8.36)		-0.46 (1.787)	
Pseudo - R ²	.46		.46	
Observações	326		446	

Erros Robustos em Parênteses / *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Na Tabela 5, fica claro que o conjunto de variáveis de religião impactou a mudança e cristalização dos votos na reta final da campanha. Eleitores católicos que tinham a intenção de votar em Serra em agosto acabaram votando em Dilma no primeiro turno. O investimento feito por Dilma em se mostrar mais religiosa no final da campanha, indo a igrejas e assistindo a missas e cultos, se mostrou mais eficaz do que o esforço feito por Serra, contradizendo as expectativas iniciais de que Serra seria beneficiado. Dilma não só teve a maioria dos votos entre católicos frente principalmente a Marina, como também “roubou” esses eleitores de Serra.

A frequência de ir à igreja e assistir a programas religiosos na televisão apresentaram resultados díspares no que tange à escolha entre Marina e Dilma. A primeira variável aumentou a probabilidade de eleitores de Marina em setembro votarem em Dilma em outubro. Já assistir a programas religiosos na televisão cristalizou o voto em Marina e em Serra. Assim, é difícil afirmar que houve um efeito homogêneo da religião: Dilma ganhou eleitores que além de afirmarem ter uma certa denominação religiosa, também são praticantes.

Já eleitores que eram contra o aborto e diziam ser eleitores de Marina em setembro tenderam a mudar sua intenção de voto em favor de Dilma. Isso contradiz completamente as expectativas de estudos anteriores (CERVellini et al, 2011). É necessário aqui fazer uma ressalva: as datas de realização da segunda e terceira rodadas do estudo podem ter perdido parte do efeito da questão do aborto, que ocorreu repentina e surpreendentemente nas últimas duas semanas do primeiro turno. Ou seja, nosso estudo levanta suspeitas que precisam ser mais bem investigadas sobre o efeito substantivo da questão do aborto no voto em Dilma, já que contradizem o senso comum e achados preliminares que não utilizavam dados de painel (CERVellini et al, 2011). Contudo, o próprio desenho do painel pode ter atenuado o efeito dessa questão, já que mensurou a posição dos eleitores passado algum tempo após o primeiro turno.

Por outro lado, o que não resta dúvidas é que Dilma foi negativa e fortemente afetada pela percepção da corrupção como problema nacional. Eleitores de Serra em agosto se viram ainda menos propensos a votar em Dilma quando consideravam a corrupção como problema nacional e os eleitores de Dilma que também viam esse mesmo problema como o pior do país deixaram de votar em Dilma. Percepções sobre corrupção claramente levaram a mudança de voto em favor de Serra e em detrimento de Dilma. Nossos dados, portanto, indicam que a questão da corrupção se sobrepôs à do aborto como fator chave para entender a incapacidade do PT de vencer as eleições no primeiro turno. Serra, que foi para o segundo turno das eleições, foi o mais beneficiado por esse processo.

Outra variável que não deixa sombra de dúvidas sobre sua relevância é a avaliação do presidente Lula. Dilma consolidou seu voto entre os que avaliavam bem o governo e roubou eleitores de Marina e Serra na reta final da eleição entre esses mesmos eleitores. O sucesso do governo de Lula foi decisivo não só para o voto final em Dilma, mas para consolidar seu apoio e levar eleitores de outros candidatos a migrarem para seu campo.

Já os beneficiários do Bolsa Família, apesar de terem votado predominantemente em Dilma como vimos na Tabela 5, quando eram apoiadores de Marina em setembro, se viram ainda mais propensos a votarem nela no primeiro turno ao invés de votarem em Dilma. O Bolsa Família foi importante para eleger Dilma, mas não para converter eleitores de Marina.

Por último, a escolaridade serviu para cristalizar o voto em Marina e Serra e a sofisticação política levou Dilma a perder eleitores para Marina. Isso é mais um indício de que ambivalência eleitoral, levou eleitores mais bem informados a mudarem sua intenção de voto.

Conclusões

A análise deste artigo demonstra que os padrões de flutuação na intenção de voto e no voto declarado foram muito mais complexas do que o senso comum e estudos anteriores, embasados em dados inapropriados para mensurar mudança de opinião individual, supunham.

O principal ponto é que percepções sobre corrupção e não sobre aborto levaram a mudanças relevantes nas intenções de voto, prejudicando Dilma e favorecendo Serra. Embora a questão da corrupção aparentemente tenha tido efeito limitado quando analisamos um modelo sincrônico de explicação do voto (Tabela 4), quando verificamos seu efeito dinâmico, analisando a mudança e estabilidade de intenções de voto, temos um quadro mais preciso do que foi o pleito de 2010. Corrupção levou a perdas de voto. Assim, dados longitudinais permitem explorar melhor as nuances da disputa eleitoral. O purgatório eleitoral de Dilma está muito mais relacionado à emergência de escândalos de corrupção do que à discussão sobre aborto.

Religião teve seu papel na eleição, mas não tão nítido e claro quanto se esperava. Eleitores evangélicos apoiaram Marina, mas não se converteram a ela em número maior na reta final da eleição. Assistir a programas religiosos, por sua vez, serviu para reforçar a convicção de eleitores a votarem nela, mas não a mudarem sua intenção de voto em detrimento de outros candidatos. Já ir a cultos e missas beneficiou Dilma Rousseff, contradizendo expectativas.

Outros dois fatores que não podem ser deixados de lado são o sucesso do governo, representado por altas taxas de aprovação do presidente e identificação partidária. Ambos foram decisivos para definir o voto em Dilma, cristalizar apoios e estimular eleitores a mudarem sua orientação de voto em favor de Dilma.

Em suma, os resultados de dados de painel analisados aqui, mais apropriados para avaliar os determinantes da volatilidade eleitoral em nível individual, apontam para o papel central que a ambivalência eleitoral, e não a incerteza ou indiferença, tiveram no pleito de 2010. Eleitores, motivados por visões contraditórias sobre questões associadas à corrupção e ao desempenho do governo na economia foram os que mais tenderam a mudar sua orientação de voto. Assim, o eleitorado brasileiro apresenta um padrão sofisticado de escolha eleitoral, que é afetado por visões sobre temas correntes e que pesa valores contraditórios de acordo com informações oriundas do quadro eleitoral. A mudança de opiniões é fruto do conflito entre valores e de uma escolha pensada, raciocinada, e não da ignorância ou indiferença. O purgatório eleitoral do PT é fruto desse jogo de ambivalência, gerado pelo uso de informações contraditórias no período eleitoral que ativam distintos valores e geram instabilidade da intenção de voto e imprevisibilidade do resultado eleitoral.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, R. M., & BREHM, J. "American Ambivalence Towards Abortion Policy: Development of a Heteroskedastic Probit Model of Competing Values." *American Journal of Political Science*, vol.39, n°4, p.1055-1082, 1995.
- AMES, A.; GARCIA-SANCHEZ, M.; SMITH, A.E. "Keeping Up with the Souzas: Social Influence and Electoral Change in a Weak Party System, Brazil 2002-2006." *Latin American Politics and Society*, 2012.
- AMES, A.; MACHADO, F.; RENNÓ, L. R. SAMUELS, D.; SMITH, A.E.; ZUCCO, C. The Brazilian Electoral Panel Studies (BEPS): Brazilian Public Opinion in the 2010 Presidential Elections. *Technical Note No. IDB-TN-508*, Inter-American Development Bank, Department of Research and Chief Economist, 2013.
- BAKER, A.; AMES, B.; RENNÓ, L.R. "Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 Elections." *American Journal of Political Science*, 50, 2006.
- BOHN, S. R. "Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral." *Opinião Pública*, vol.10, n°2, p.288-338, 2004.
- _____. "Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)." *Opinião Pública*, vol.13, n°2, p.366-387, 2007.
- _____. "Social Policy And Vote In Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base." *Latin American Research Review*, vol.46, n°1, p. 54-79, 2011.
- CARREIRÃO, Y. S. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora da FGV, 2002.
- _____.; BARBETTA, P. A. "A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (56), p. 75-93, 2004.
- _____.; KINZO, M. D. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, 47 (1), p.131-168, 2004.
- CERVELLINI, S.; GIANI, M.; PAVANELLI, P. "Economia, Religião e Voto: A Questão do Aborto na Eleição Presidencial de 2010." *IV Congresso Latino Americano da WAPOR*. Belo Horizonte, Brasil, 2011.
- CLARKE, H. D.; MCCUTHEON, A. L. "The Dynamics Of Party Identification Reconsidered." *Public Opinion Quarterly*, vol. 73, n° 4, p. 704-728, 2009.
- CONNER, M. & ARMITAGE, C. J. Attitudinal Ambivalence. In: CRASNO, W. D. & PRISLIN, R. (eds.). *Attitudes and Attitude Change*. New York: Psychology Press, p. 261-288, 2008.
- COX, G. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CRAIG, S. C.; KANE, J. G.; MARTINEZ, M.D. "Sometimes You Feel like a Nut, Sometimes You Don't: Citizens' Ambivalence about Abortion." *Political Psychology*, vol. 23, n° 2, jun. 2002, p. 285-301, 2002.
- _____.; MARTINEZ, M.D.; KANE, J. G.; GAINOUS, J. "Core Values, Value Conflict, and Citizens' Ambivalence about Gay Rights." *Political Research Quarterly*, vol. 58, n° 1, p. 5-17, 2005.
- FOWLER, F. J. *Improving Survey Questions: Design and Evaluation*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.
- FELDMAN, S.; ZALLER, J. "The Political Culture of Ambivalence: Ideological Responses to the Welfare State." *American Journal of Political Science*, vol. 36, n° 1, p. 268-307, 1992.
- GAINOUS, J.; CRAIG, S. C.; MARTINEZ, M.D. "Social Welfare Attitudes and Ambivalence about the Role of Government." *Politics & Policy*, vol. 36, n° 6, p. 972-1004, 2008.
- _____.; MARTINEZ, M.D.; CRAIG, S. C. "The Multiple Causes of Citizen Ambivalence: Attitudes About Social Welfare Policy." *Journal of Elections, Public Opinion, and Parties*, vol.20, n° 3, 335-356, 2010.
- GREENE, S. "The Structure of Partisan Attitudes: Reexamining Partisan Dimensionality and Ambivalence." *Political Psychology*, 26, 5, p. 809-822, 2005.

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014, p. 1-25

GREENE, K. "Campaign Persuasion and Nascent Partisanship in Mexico's New Democracy." *American Journal of Political Science*, 55, 2, p.398-416, 2011.

HOCHSCHILD, J.L. *What's Fair?* American Beliefs about Distributive Justice. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

KEELE, L.; WOLAK, J. "Contextual Sources of Ambivalence." *Political Psychology*, vol. 29, nº 5, p. 653-673, 2008.

LAVINE, H. "The Electoral Consequences of Ambivalence toward Presidential Candidates." *American Journal of Political Science*, vol. 45, nº 4, p. 915-929, 2001.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MCGRAW, K. M.; HASECKE, E.; CONGER, K. "Ambivalence, Uncertainty, and Processes of Candidate Evaluation." *Political Psychology*, vol. 24, nº3, p. 421-448, 2003.

MULLIGAN, K. Partisan Ambivalence, Split-Ticket Voting, and Divided Government." *Political Psychology*, vol. 32, nº 3, 2011.

LÍCIO, E., RENNÓ, L.; CASTRO, H. "Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, vol. 15, nº1, p. 31-54. 2009.

LUPIA, A. & MCCUBBINS, M. The Institutional Foundations of Political Competence: How Citizens Learn what they need to know. In: Lupia, A., MCCUBBINS, M., POPKIN, S. (eds.). *Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PAIVA, D.; TAROUÇO, G. S. "Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores." *Opinião Pública*, vol.17, nº2, p.426-451, 2011.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. "Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil." *Dados*, vol.46, nº4, p.735-771, 2003.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L. "A Variação da Volatilidade Eleitoral no Brasil: Um Teste com as Explicações Econômicas, Políticas e Sociais." *Latin American Research Review*, vol.46, nº4, 2011.

RENNÓ, L. "Escândalos e Voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006." *Opinião Pública*, vol.13, p.260 - 282, 2007.

_____. Corruption and Voting. In: POWER, T. J. and TAYLOR, M. (eds.). *Corruption and Democracy in Brazil: The Struggle for Accountability*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2011.

ROBERTS, K.; WIBBELS, E. "Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations." *American Journal of Political Science*, vol. 93, nº3, p. 575-590, 1999.

RUDOLPH, T. J.; POPP, E. "An Information Processing Theory of Ambivalence." *Political Psychology*, vol. 28, nº 5, p. 563-585, 2007.

THORNTON, J. R. "Ambivalent or Indifferent? Examining the Validity of an Objective Measure of Partisan Ambivalence." *Political Psychology*, vol. 32, nº 5, 2011.

YOO, S. "Two Types of Neutrality: Ambivalence versus Indifference and Political Participation." *The Journal of Politics*, vol. 72, nº 1, p. 163-177, 2010.

ZUCCO, C.; POWER, T. "Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002-2006." *Latin American Research Review*, 48, 2, p.3-24, 2013.

Apêndice

Tabela 1
Distribuição especial e por características demográficas

Região	Abril	Agosto	Novembro	Todas as Ondas	Brasil
Norte	373 (15%)	131 (14%)	181 (15%)	685 (15%)	8%
Nordeste	593 (24%)	223 (24%)	291 (24%)	1,107 (24%)	28%
Centro-oeste	407 (16%)	124 (14%)	179 (15%)	710 (15%)	7%
Sudeste	705 (28%)	245 (27%)	326 (27%)	1,276 (28%)	42%
Sul	404 (16%)	185 (20%)	244 (20%)	833 (18%)	14%
Total	2,482	908	1,221	4,611	
Área					
Urbano	2135 (86%)	797 (88%)	1079 (88%)	4011 (87%)	84%
Rural	347 (14%)	111 (12%)	142 (12%)	600 (13%)	16%
Total	2,482	908	1,221	4,611	
Gênero					
Masculino	1195 (48%)	409 (45%)	560 (46%)	2164 (47%)	49%
Feminino	1287 (52%)	499 (55%)	661 (54%)	2447 (53%)	51%
Total	2,482	908	1,221	4,611	
Coortes de Idade					
17-19 anos	180 (7%)	36 (4%)	49 (4%)	265 (6%)	9%
20-29 anos	691 (28%)	228 (25%)	301 (25%)	1220 (26%)	18%
30-39 anos	591 (24%)	196 (22%)	267 (22%)	1054 (23%)	15%
40-49 anos	389 (16%)	155 (17%)	196 (16%)	678 (15%)	13%
50-59 anos	327 (13%)	155 (17%)	196 (16%)	678 (15%)	10%
60-69 anos	190 (8%)	79 (9%)	108 (9%)	377 (8%)	6%
70-79 anos	86 (3%)	41 (5%)	58 (5%)	185 (4%)	3%
80-89 anos	23 (1%)	11 (1%)	18 (1%)	52 (1%)	1%
Total	2482	908	1221	4611	
Renda					
Sem Renda	35 (1%)	17 (2%)	21 (2%)	73 (2%)	4%
1 Salário Mínimo (R\$510)	548 (22%)	181 (20%)	263 (22%)	992 (22%)	56%
1 a 2 SM	758 (31%)	273 (30%)	349 (29%)	1380 (30%)	22%
2 a 3 SM	431 (17%)	174 (19%)	229 (19%)	834 (18%)	7%
3 a 5 SM	328 (13%)	137 (15%)	184 (15%)	649 (14%)	5%
Acima de 5 SM	301 (12%)	114 (13%)	156 (13%)	571 (12%)	5%
Sem Resposta	81 (3%)	12 (1%)	19 (2%)	112 (2%)	
Total	2482	908	1221	4611	

Fonte: BEPS, IPEADATA.GOV.BR, <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12&uf=00>>, acesso em: 13 maio 2011, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/preliminar_tab_zip.shtm>, acesso em: 13 maio 2011, <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listab.asp?z=cd&o=4&i=P&c=3261>>, acesso em: 13 maio 2011.

Lucio Rennó - luciorenno@unb.br

Barry Ames - barrya+@pitt.edu

Submetido à publicação em maio de 2013.

Aprovado para publicação em setembro de 2013.